



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0006518-35.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **ANTENOR BONI**  
 Requerido: **Maria de Lourdes Barbosa e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

A segunda ré é revel.

Citada regularmente, ela não compareceu à audiência realizada e tampouco ofertou contestação, reputando-se em consequência verdadeiros os fatos articulados pelo autor em relação à mesma (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

Sua responsabilidade pelo débito trazido à colação, ademais, deriva da condição de fiadora da primeira ré no contrato de locação celebrado com o autor, o que inclusive já a tinha colocado em situação semelhante em outro processo que tramitou por este Juízo (fl. 05).

A alegação formulada a fl. 27, item 5, deixa de ser analisada, até porque formulada por quem não tem legitimidade para tanto.

No mais, a primeira ré admitiu que tenciona quitar a dívida em apreço, como se vê a fls. 26/27.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min**

As ressalvas que formulou quanto ao assunto não merecem acolhimento, exceção feita a um aspecto

Seria desnecessário ao autor comprovar o prévio pagamento da dívida junto ao SAAE na medida em que a dívida já está cristalizada e é objeto de cobrança em execução fiscal (fls. 06/07).

Não se cogita por isso de prescrição, mas realmente o montante de R\$ 12,51 previsto no extrato de fl. 06 deverá ser excluído do montante devido porque concerne a período (março de 2015) em que já não mais vigorava a locação firmada.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar as rés a pagarem ao autor a quantia de R\$ 1.551,22, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso as rés não efetuem o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**